

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI
MIRIM S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.
Mogi Mirim - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

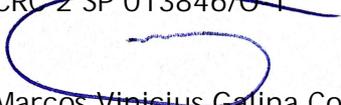


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
<u>CIRCULANTE</u>				<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.132	15.798	Empréstimos e financiamentos	10	4.174	4.527
Contas a receber	7	2.432	1.661	Fornecedores		727	1.867
Ativo financeiro	8	19.316	17.513	Obrigações sociais		398	351
Fundo restrito	6	941	-	Obrigações fiscais		968	390
Outros créditos		341	2.018	Tributos diferidos	12	177	186
Total do ativo circulante		<u>36.162</u>	<u>36.990</u>	Partes relacionadas	11	145	754
				Dividendos a pagar	11	3.521	2.152
				Outras obrigações		1	574
				Total do passivo circulante		<u>10.111</u>	<u>10.801</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Empréstimos e financiamentos			
Fundo restrito	6	1.251	1.122	Tributos diferidos	12	2.745	2.931
Ativo financeiro	8	97.688	69.726	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	15.349	14.972
Ativo de contrato	9	1.131	19.677	Total do passivo não circulante		<u>66.813</u>	<u>58.358</u>
		<u>100.070</u>	<u>90.525</u>				
Imobilizado		54	57	Total do passivo		<u>76.924</u>	<u>69.159</u>
Intangível		9	8				
		<u>63</u>	<u>65</u>	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	13		
Total do ativo não circulante		<u>100.133</u>	<u>90.590</u>	Capital social		19.532	19.532
				Reserva legal		3.394	2.653
				Reserva de lucros		36.445	36.236
				Total do patrimônio líquido		<u>59.371</u>	<u>58.421</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>136.295</u>	<u>127.580</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>136.295</u>	<u>127.580</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	14	39.871	42.955
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	(12.822)	(25.686)
LUCRO BRUTO		<u>27.049</u>	<u>17.269</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	15	(4.713)	(1.515)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	15	(20)	-
		<u>(4.733)</u>	<u>(1.515)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>22.316</u>	<u>15.754</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16	1.448	419
Despesas financeiras	16	(5.151)	(2.692)
		<u>(3.703)</u>	<u>(2.273)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		<u>18.613</u>	<u>13.481</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	17.1	(3.411)	(1.956)
Diferidos	17.2	(377)	(2.466)
		<u>(3.788)</u>	<u>(4.422)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>14.825</u>	<u>9.059</u>
Lucro por ação - básico e diluído - R\$	18	<u>0,759</u>	<u>0,464</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado do abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.825	9.059
Total do resultado abrangente do exercício	<u>14.825</u>	<u>9.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		19.532	2.200	29.782	-	-	51.514
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.059	9.059
Complemento de reserva legal	13.2	-	453	-	-	(453)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.4	-	-	-	-	(2.152)	(2.152)
Transferência para reserva de lucros	13.3	-	-	(29.782)	36.236	(6.454)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>19.532</u>	<u>2.653</u>	<u>-</u>	<u>36.236</u>	<u>-</u>	<u>58.421</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.825	14.825
Complemento de reserva legal	13.2	-	741	-	-	(741)	-
Dividendos intermediários	13.4	-	-	-	(10.354)	-	(10.354)
Dividendos mínimos obrigatórios	13.4	-	-	-	-	(3.521)	(3.521)
Transferência para reserva de lucros	13.3	-	-	10.563	-	(10.563)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>19.532</u>	<u>3.394</u>	<u>10.563</u>	<u>25.882</u>	<u>-</u>	<u>59.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		14.825	9.059
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.2	377	2.466
Depreciação e amortização		15	14
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	4.729	2.570
Baixas do ativo financeiro	8	26	-
Remuneração do ativo financeiro	8	(22.496)	(14.592)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro	8	2.374	(290)
Baixas do ativo imobilizado e intangível		1	-
Amortização dos custos para emissão de financiamentos	10	16	5
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber	7	(771)	(352)
Ativo financeiro	8	16.768	10.227
Outros créditos		1.677	(821)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.140)	1.640
Obrigações sociais		47	16
Obrigações fiscais		578	179
Tributos diferidos	12	(195)	(668)
Partes relacionadas	11	(609)	744
Outras obrigações		(573)	574
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>15.649</u>	<u>10.771</u>
Juros pagos sobre os empréstimos e financiamentos	10	(3.113)	(2.422)
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>12.536</u>	<u>8.349</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Fundo restrito	6	(1.070)	(51)
Aquisições do ativo financeiro	8	(5.970)	(3.309)
Aquisições do ativo de contrato	9	(1.921)	(19.324)
Aquisições do ativo imobilizado		(13)	(24)
Aquisições do ativo intangível		(1)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(8.975)</u>	<u>(22.708)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	9.250	18.699
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(2.971)	(2.311)
Custo de transação dos empréstimos e financiamentos	10	-	(209)
Pagamento de dividendos	13.4	(12.506)	(1.741)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(6.227)</u>	<u>14.438</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.666)</u>	<u>79</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	15.798	15.719
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	13.132	15.798
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.666)</u>	<u>79</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade") foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no Município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Sociedade são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim ("Poder Concedente"), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas:

- a) Remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no Edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado;
- b) Remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, e pela exploração de outras fontes de receita autorizadas serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

O valor estimado do contrato é de R\$ 286.109, composto pela remuneração dos investimentos e da operação do tratamento do esgoto. Cabe destacar, ainda, que o valor dos investimentos estimados a serem efetuados para execução das quatro fases do projeto de implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto é da ordem de R\$ 95.106, dos quais já foi investido até 31 de dezembro de 2022, na primeira e segunda fase do projeto, o montante de R\$ 81.324. A Sociedade estima que os investimentos adicionais para conclusão das quatro fases sejam de aproximadamente R\$ 30.178.

Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia

A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia.

Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Sociedade não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração da Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração para emissão em 29 de março de 2023.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Sociedade;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Sociedade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Mensuração do valor justo

A Sociedade mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Sociedade utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Sociedade são considerados de nível 2.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A contabilização dos instrumentos financeiros é feita de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Sociedade tenha aplicado o expediente prático, a Sociedade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Sociedade para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Sociedade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os principais ativos financeiros da Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, contas a receber, contas a receber do ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. Esses ativos financeiros da Sociedade são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Baixa de ativo financeiro (desreconhecimento)

Um ativo financeiro ou parte dele é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Sociedade transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Sociedade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Sociedade.

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Sociedade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas:

- Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses.
- Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Sociedade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Sociedade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. A Sociedade estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Sociedade considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Sociedade também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Sociedade receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Sociedade.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

2.4.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Sociedade que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Sociedade. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações. Esses passivos financeiros da Sociedade são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

c) Baixa de passivos financeiros (desreconhecimento)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

2.6. Fundo restrito

Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida).

2.7. Contas a receber

As contas a receber são classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. Correspondem a valores a receber dos órgãos competentes relacionados aos serviços prestados de tratamento de esgoto.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Sociedade usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD.

O critério para constituição da PECLD são os títulos a receber que possuem vencimento a mais de 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na PECLD os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias.

2.8. Ativo financeiro e ativo de contrato

A Sociedade contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01 (R1), a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e a determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro.

As concessões parciais de esgoto reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas.

Na Sociedade, o ativo financeiro foi registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno do investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

A Sociedade reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como ativo financeiro por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização.

Os contratos de concessão classificados como ativo financeiro não são amortizados.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativos são os seguintes:

<u>Classe de ativos imobilizado</u>	<u>Vida útil</u>
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	2 a 13 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Instalações	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Direito de uso de arrendamento	2 anos

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Sociedade.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativos são os seguintes:

<u>Classe de ativos imobilizado</u>	<u>Vida útil</u>
Software	5 a 10 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

2.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC").

2.12. Custo dos empréstimos e financiamentos

Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

2.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

2.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.16. Tributos

Lucro presumido

A partir de 2022, a Sociedade passou a ser optante do lucro presumido e calcula o imposto de renda e a contribuição social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 32% e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro presumido do exercício. O lucro presumido diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real.

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Sociedade contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.17. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades da Sociedade. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviço da operação do sistema de tratamento de esgoto e remuneração do ativo financeiro, cujo faturamento ocorrerá no mês seguinte com a emissão da fatura.

Os tipos de receitas da Sociedade estão descritos abaixo:

Receitas de serviços de operação

A Sociedade reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas de serviços da operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto.

A Sociedade satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião do ciclo completo da operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado. Adicionalmente, a Sociedade também satisfaz sua obrigação de desempenho por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

Receitas de construção

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Sociedade entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

Receitas de ativo financeiro

As receitas do ativo financeiro são decorrentes da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de arrendamentos mercantis e pelas receitas de concessão.

A atualização das receitas do ativo financeiro é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A Sociedade iniciou a atualização dos direitos a faturar a partir do início de suas operações.

2.18. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2022

A Sociedade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 E CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: contrato oneroso (custos de cumprimento de contrato), ativo imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e referências à estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Sociedade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não identificou nenhum contrato como oneroso, de forma que, todas as obrigações dos contratos existentes (custos incrementais diretamente relacionados aos contratos e custos diretamente relacionados aos contratos) foram cumpridas pela Sociedade na data de reporte.

Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Sociedade durante o período.

2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações contábeis da Sociedade, estão descritas abaixo. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 26/IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que significa um direito de postergar a liquidação; ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Sociedade avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos e financiamentos existentes podem exigir renegociação.

CPC 23/IAS 8 - Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativas contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

CPC 26 (R1)/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações para o IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Sociedade está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

CPC 32/IAS 12 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Sociedade está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Análise dos contratos de arrendamento

A Sociedade analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Nessa análise, a Sociedade utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não possui contratos caracterizados como arrendamento mercantil.

3.2. Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: i) prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social; e ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Sociedade. Essas estimativas estão contidas nos Planos de Negócios, que são aprovados anualmente pela Administração da Sociedade. Anualmente, a Sociedade revisa as projeções de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não possui bases negativas de imposto de renda e contribuição social e bases de prejuízos fiscais.

Perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas esperadas sobre créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Sociedade usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos tangíveis, intangíveis com vida útil definida e ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos ou circunstâncias que pudessem indicar a existência de impairment dos ativos tangíveis, intangíveis de vida útil definida e de ativos não financeiros.

Contabilização dos contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Reconhecimento da receita e custos de construção

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Reconhecimento da receita não faturada

A Sociedade registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Sociedade estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, ambientais, tributários, cíveis e previdenciários.

A Administração da Sociedade, apoiada por seus assessores jurídicos internos e externos, classifica esses processos em relação a probabilidade de perda da seguinte forma:

- i. Perda provável: são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Sociedade mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: a) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; b) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e c) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor estimado da causa.
- ii. Perda possível: são processos em que a probabilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Sociedade não contabiliza provisão contábil e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- iii. Perda remota: são processos em que o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Sociedade não contabiliza provisão contábil e nem divulga em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Administração da Sociedade acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face das seguintes situações: a) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização do processo envolvendo a Sociedade, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e b) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber.

Ainda que a Administração da Sociedade acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

4. Gestão de riscos

4.1. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, contas a receber de clientes, contas a receber de ativo financeiro e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se à empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Sociedade supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Sociedade afirma que as atividades da Sociedade que assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Sociedade. A Administração da Sociedade estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço, estes últimos não aplicáveis às operações da Sociedade.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Sociedade adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

a) Risco de taxa de juros

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Sociedade sujeitas a taxa de juros variáveis. A Sociedade gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

Sensibilidade à taxa de juros:

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		12,33% (*)	15,42%	9,25%	18,50%	6,17%
Aplicações financeiras	13.084	14.698	15.101	14.294	15.505	13.891
Fundo restrito	1.251	1.405	1.444	1.367	1.482	1.328
TR + 8,3% a.a.		9,92% (*)	12,40%	7,44%	14,89%	4,96%
Empréstimos e financiamentos	(23.859)	(26.227)	(26.819)	(25.635)	(27.411)	(25.043)
TR + 9% a.a.		10,62% (*)	13,28%	7,97%	15,94%	5,31%
Empréstimos e financiamentos	(28.588)	(31.625)	(32.384)	(30.866)	(33.144)	(30.107)
IPCA + 7,28% a.a.		13,06% (*)	16,33%	9,80%	19,60%	6,53%
Empréstimos e financiamentos	(446)	(504)	(519)	(490)	(533)	(475)

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI, TR e IPCA acumulados em 31 de dezembro de 2022)

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Sociedade em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Sociedade de acordo com a política estabelecida pela Sociedade. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Sociedade possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Sociedade. O objetivo da Sociedade é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

4.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Sociedade são classificados da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	13.132	15.798
Contas a receber	2.432	1.661
Ativo financeiro	117.004	87.239
Ativo de contrato	<u>1.131</u>	<u>19.677</u>
	133.699	124.375
<u>Ativos financeiros por meio do resultado</u>		
Fundo restrito	<u>2.192</u>	<u>1.122</u>
	2.192	1.122
Total do ativo financeiro	<u>135.891</u>	<u>125.497</u>
<u>Passivos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Empréstimos e financiamentos	(52.893)	(44.982)
Fornecedores	(727)	(1.867)
Partes relacionadas e dividendos a pagar	<u>(3.666)</u>	<u>(2.906)</u>
Total do passivo financeiro	<u>(57.286)</u>	<u>(49.755)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>78.605</u>	<u>75.742</u>

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios à outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

A Sociedade administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Sociedade pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Sociedade monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Empréstimos e financiamentos	52.893	44.982
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.132)	(15.798)
(-) Fundos restritos	(2.192)	(1.122)
Dívida Líquida	37.569	28.062
Patrimônio Líquido	59.371	58.421
Total do capital	<u>96.940</u>	<u>86.483</u>
Índice de alavancagem	<u>39%</u>	<u>32%</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	2	2
Bancos	46	13.043
Aplicações financeiras	13.084	2.753
	<u>13.132</u>	<u>15.798</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação de média de 98,80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 (96,5% em 31 de dezembro de 2021). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa inferiores a 90 dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Reclassificação

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 18 de fevereiro de 2022, o saldo de R\$ 1.122 foi divulgado como caixa e equivalentes de caixa. Tendo em vista a natureza desse saldo corresponder a aplicações financeiras restritas, vinculadas ao contrato de empréstimos e financiamentos (conforme divulgado na nota explicativa nº 6), a Administração da Sociedade reclassificou o referido saldo para a rubrica de “fundo restrito” em 2022 e no período comparativo.

6. Fundo restrito

Representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras	2.192	1.122
	<u>2.192</u>	<u>1.122</u>
Ativo circulante	941	-
Ativo não circulante	1.251	1.122
	<u>2.192</u>	<u>1.122</u>

O fundo restrito representa aplicações financeiras atreladas ao rendimento do CDI. Esse saldo possui a utilização vinculada a contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade e se faz necessário para cumprimento da cláusula de índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) do respectivo contrato. São remunerados e uma variação média de 95,50% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (100% em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber

Representados por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber - faturados	53	1.714
Contas a receber - a faturar	2.432	-
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(53)	(53)
	<u>2.432</u>	<u>1.661</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Correspondem aos valores a receber do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim (SAAE), referentes aos serviços de tratamento de esgoto oferecidos pela Sociedade. Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo.

O prazo médio das contas a receber é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam saldos de contas a receber dados em garantia. Em caso de inadimplência do consumidor final, o risco é do Poder Concedente.

O critério para constituição da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Adicionalmente, a Sociedade também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração da Sociedade para cobrir os riscos de perdas existentes.

As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vencidas:		
Acima de 360 dias	<u>53</u>	<u>53</u>
	53	53
A vencer:		
Até 30 dias	<u>2.432</u>	<u>1.661</u>
	2.432	1.661
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	<u>(53)</u>	<u>(53)</u>
	<u><u>2.432</u></u>	<u><u>1.661</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Ativo financeiro

Representado por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo do investimento	85.094	58.685
Recebimentos	(95.414)	(78.646)
Ajuste pela taxa de retorno (i)	131.855	109.359
Impairment (ii)	<u>(4.531)</u>	<u>(2.159)</u>
Total	<u>117.004</u>	<u>87.239</u>
Ativo circulante	19.316	17.513
Ativo não circulante	<u>97.688</u>	<u>69.726</u>
	<u>117.004</u>	<u>87.239</u>

- (i) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 20,62% ao ano (17,78% em 31 de dezembro de 2021), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.
- (ii) O impairment é registrado levando em consideração as características de risco de crédito da operação, o segmento de atuação da Sociedade, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação da Sociedade. A atualização do impairment é feita de forma anual e, além de considerar as premissas mencionadas acima, também leva em consideração o prazo remanescente do contrato de concessão.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC), conforme previsto em contrato. A remuneração também é composta por outros custos fixos (tarifa do investimento, volume ofertado, tarifa da operação e volume tratado). Em 31 de dezembro de 2022, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$ 16.768 (R\$ 10.227 em 31 de dezembro de 2021). A parcela fixa é decorrente da receita de concessão que remunera o capital investido e a parcela variável é a receita de operação pelo volume de esgoto tratado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo de contrato quando incorridos e em fase de construção. Quando concluídos, são transferidos ao ativo financeiro. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 30.178 (R\$ 16.744 em 31 de dezembro de 2021), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	87.239	79.268
Adições	5.970	3.309
Baixas	(26)	-
Recebimentos	(16.768)	(10.227)
Ajuste pela taxa de retorno	22.496	14.592
Transferências (i)	20.467	7
Impairment	(2.374)	290
	<u>117.004</u>	<u>87.239</u>

(i) Referem-se às transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras.

A expectativa de realização da totalidade do ativo financeiro é como segue:

Exercício a findar em:

2023	19.316
2024	20.946
2025	22.477
Após 2025	<u>54.265</u>
Total	<u>117.004</u>

9. Ativo de contrato

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Sociedade de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da conclusão da construção, o ativo de contrato será classificado como ativo financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo de contrato corresponde aos novos interceptores na cidade de Mogi Mirim/SP.

A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	19.677	360
Adições	1.921	19.324
Transferências (i)	<u>(20.467)</u>	<u>(7)</u>
Total	<u><u>1.131</u></u>	<u><u>19.677</u></u>

(i) Refere-se às transferências para o ativo financeiro em decorrência da conclusão das obras. Em 2022, houve o encerramento das obras de ampliação da ETE e coletores de esgoto na cidade de Mogi Mirim/SP.

10. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa Econômica Federal (a)	TR + 8,3% a.a.	12/07/2032	23.859	25.126
Banco Santander Brasil S.A. (b)	IPCA + 7,28% a.a.	15/08/2023	446	1.121
Caixa Econômica Federal (c)	TR + 9% a.a.	09/01/2035	<u>28.588</u>	<u>18.735</u>
			<u><u>52.893</u></u>	<u><u>44.982</u></u>
Passivo circulante			4.174	4.527
Passivo não circulante			<u>48.719</u>	<u>40.455</u>
			<u><u>52.893</u></u>	<u><u>44.982</u></u>

a) O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$ 35.063, tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. Os juros e o principal são pagos mensalmente.

Nesse contrato de financiamento, existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato.

A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;
 - Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento;
 - Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.
- b) O financiamento contratado com o Banco Santander Brasil S.A., em 16 de julho de 2018, na modalidade BNDES Giro, no montante de R\$ 2.000, tem como objetivo a aquisição de sistema fotovoltaico e instalação do mesmo na Estação de Tratamento de Esgoto no município de Mogi Mirim. Os juros e o principal são pagos mensalmente. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante do contrato:
- Não contratar novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor seja superior a R\$ 5 milhões, sem aprovação prévia, exceto para perfilhamento de dívida;
 - Redução de capital social da emissora/avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento da dívida;
 - Razão entre DFL (Dívida Financeira Líquida) e EBITDA a ser apurado anualmente deverá ser menor ou igual a 3,5x durante a vigência do contrato.
- c) O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 4 de abril de 2021, no montante de R\$ 29.306 tem como objetivo permitir à Sociedade a ampliação e melhoria do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Mogi Mirim, complementando o projeto que foi contratado com a Caixa Econômica Federal em 2010. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 14 de setembro de 2021. Esse contrato tem um prazo de carência de 15 meses a partir da data de contratação. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até janeiro de 2035. Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"):
- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20;
 - Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;
 - Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade cumpriu com todos os compromissos estabelecidos no contrato.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	44.982	28.650
Captação de novos empréstimos e financiamentos	9.250	18.699
Juros incorridos no período	4.729	2.570
Amortização principal	(2.971)	(2.311)
Amortização juros	(3.113)	(2.422)
Custo de transação dos novos empréstimos e financiamentos	-	(209)
Apropriação do custo de transação	<u>16</u>	<u>5</u>
	<u>52.893</u>	<u>44.982</u>

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>31/12/2022</u>
2024	3.779
2025	4.015
2026	4.261
2027	4.522
Após 2027	<u>32.142</u>
	<u>48.719</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Partes relacionadas

Representados por:

	31/12/2022		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Serviços de Saneamento Ltda.	121	-	-
GS Inima Brasil Ltda.	24	2.253	(297)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	-	1.268	-
	<u>145</u>	<u>3.521</u>	<u>(297)</u>

	31/12/2021		
	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Custos/despesas operacionais
GS Inima Serviços de Saneamento Eireli	736	-	-
GS Inima Brasil Ltda.	18	1.377	(161)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	-	775	-
	<u>754</u>	<u>2.152</u>	<u>(161)</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 316 (R\$ 291 em 31 de dezembro de 2021), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo de PLR a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 248 (R\$ 203 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR:

Participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Valores

Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos.

12. Tributos diferidos

Representado por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS	521	556
COFINS	<u>2.401</u>	<u>2.561</u>
	<u>2.922</u>	<u>3.117</u>
Passivo circulante	177	186
Passivo não circulante	<u>2.745</u>	<u>2.931</u>
	<u>2.922</u>	<u>3.117</u>

O Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), diferidos, são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Sociedade.

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o valor do capital social integralizado é de R\$ 19.532 e está representado por 19.532 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação direta no capital social</u>
GS Inima Brasil Ltda.	12.501	64,00%
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	<u>7.032</u>	<u>36,00%</u>
	<u>19.533</u>	<u>100,00%</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

13.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2022, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 741 (R\$ 453 em 31 de dezembro de 2021).

13.3. Reserva de lucros e reserva de lucros a realizar

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE).

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 10.563 para a conta de reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos totais das contas de lucros acumulados e reserva de lucros, no montante de R\$ 36.236, foram transferidos para a conta de reserva de lucros a realizar.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o total da reserva legal, da reserva de lucros e da reserva de lucros a realizar atinge os montantes de R\$ 39.839 e R\$ 38.889, respectivamente, superando o capital social integralizado em R\$ 20.307 e R\$ 19.357, respectivamente. A Administração da Sociedade avaliará ao longo do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 se o excesso será integralizado ao capital social ou será utilizado na distribuição de dividendos, estando em consonância com a Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. A avaliação da Administração será levada aos acionistas através de deliberação em Assembleia.

13.4. Dividendos

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de abril, conforme AGO, os acionistas da Sociedade aprovaram a distribuição de dividendos complementares no montante de R\$ 10.354.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Sociedade registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$ 3.521 e R\$ 2.152, respectivamente.

Durante os anos de 2022 e de 2021, foram pagos os montantes de R\$ 12.506 e R\$ 1.741 à título de distribuição de dividendos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Receita líquida

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receita bruta</u>		
Serviços de construção	7.889	22.554
Tratamento de esgoto	10.278	6.710
Receita do ativo financeiro	16.768	10.227
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	5.728	4.363
	<u>40.663</u>	<u>43.854</u>
<u>Deduções da receita</u>		
PIS	(141)	(166)
COFINS	(651)	(733)
	<u>(792)</u>	<u>(899)</u>
	<u><u>39.871</u></u>	<u><u>42.955</u></u>

15. Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Custo dos serviços prestados</u>		
Pessoal	(955)	(816)
Materiais	(1.049)	(641)
Serviços de terceiros	(1.661)	(1.015)
Obras civis	(7.889)	(22.554)
Energia elétrica	(1.061)	(606)
Outros custos da operação	(207)	(54)
Total dos custos dos serviços prestados	<u><u>(12.822)</u></u>	<u><u>(25.686)</u></u>

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(618)	(518)
Remuneração dos administradores	(155)	(141)
Materiais	(10)	(15)
Serviços de terceiros	(231)	(198)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(297)	(161)
Depreciação e amortização	(15)	(14)
Publicidade e propaganda	(25)	(28)
Seguros	(473)	(228)
Projetos sociais	(263)	(166)
Impairment sobre o ativo financeiro	(2.374)	290
Outras despesas operacionais	(252)	(336)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(4.713)</u>	<u>(1.515)</u>
<u>Outras receitas e despesas operacionais, líquidas</u>		
Outras despesas operacionais	(20)	-
Total das outras receitas e despesas operacionais	<u>(20)</u>	<u>-</u>
Total das despesas operacionais	<u>(4.733)</u>	<u>(1.515)</u>

16. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		(reclassificado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.441	440
Variação monetária e cambial ativa	7	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	(21)
Total das receitas financeiras	<u>1.448</u>	<u>419</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.729)	(2.570)
Custo de transação dos empréstimos e financiamentos	(16)	(5)
Outras despesas financeiras	(406)	(117)
Total das despesas financeiras	<u>(5.151)</u>	<u>(2.692)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(3.703)</u>	<u>(2.273)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

Reclassificação

Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, emitidas em 18 de fevereiro de 2022, o saldo de R\$ 21 foi divulgado como despesa financeira na linha de "outras despesas financeiras". Tendo em vista a natureza desse saldo corresponder a impostos sobre a receita financeira, mais especificamente, PIS e COFINS, a Administração da Sociedade reclassificou o referido saldo para a rubrica de "receitas financeiras" no período comparativo.

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

A partir de 2022, a Sociedade deixou de ser tributada pelo lucro real e passou a ser tributada pelo lucro presumido.

	<u>31/12/2022</u>
Receita de tratamento de esgoto	10.278
Receita de ativo financeiro	16.768
Redução para base de cálculo	<u>32%</u>
Base de cálculo	<u>8.655</u>
Receitas financeiras	1.448
Base de cálculo do lucro presumido	10.103
Base de cálculo adicional	<u>9.863</u>
<u>IRPJ</u>	
Alíquota - 15%	1.515
Alíquota adicional - 10%	<u>987</u>
Total do IRPJ no exercício	<u>2.502</u>
<u>CSLL</u>	
Alíquota - 9%	<u>909</u>
Total da CSLL no exercício	<u>909</u>
Imposto apurado	<u><u>3.411</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.481
Alíquota vigente	<u>34%</u>
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	<u>(4.584)</u>
Ajustes para a alíquota efetiva	
Diferenças permanentes	<u>162</u>
Despesa calculada com IRPJ e CSLL	<u>(4.422)</u>
Correntes	(1.956)
Diferidos	<u>(2.466)</u>
Imposto apurado	<u>(4.422)</u>

17.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo de imposto diferido	-	821
Passivo de imposto diferido	<u>(15.349)</u>	<u>(15.793)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>(15.349)</u>	<u>(14.972)</u>

A partir de janeiro de 2022, a Sociedade deixou de ser tributada pelo lucro real e passou a ser tributada pelo lucro presumido. Sendo assim, as disposições normativas que tratam do diferimento do lucro auferido na fase de construção da infraestrutura em virtude do reconhecimento de ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa, quais sejam, artigo 36 da Lei nº 12.973 de 2014 e artigos 168 a 170 da IN RFB nº 1.700 de 2017, aplicam-se somente ao lucro real e esclarecem que o lucro auferido nessa fase poderá ser tributado à medida do efetivo recebimento das receitas contratadas.

A expectativa de realização do passivo de imposto diferido é como segue:

	<u>31/12/2022</u>
2023	499
2024	543
2025	584
2026	629
Após 2027	<u>13.094</u>
	<u>15.349</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	821	(15.793)	3.166	(15.672)
Reconhecimento na demonstração do resultado	(821)	444	(2.345)	(121)
	<u>-</u>	<u>(15.349)</u>	<u>821</u>	<u>(15.793)</u>

Adicionalmente ao exposto acima, em relação ao lucro presumido com base no regime de caixa, prevalece a regra de reconhecimento das receitas e resultados à medida do seu recebimento. Desse modo, devido a mudança no regime de tributação, as perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões que não suportam as expectativas da Administração para o período corrente.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões suportadas pelas expectativas da Administração.

18. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro básico		
Lucro líquido do exercício	14.825	9.059
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	<u>19.532</u>	<u>19.532</u>
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>0,759</u>	<u>0,464</u>
Lucro diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro básico por ação	14.825	9.059
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	<u>19.532</u>	<u>19.532</u>
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>0,759</u>	<u>0,464</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir, demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro	20.467	7
Dividendos propostos e não pagos	<u>3.521</u>	<u>2.152</u>
	<u><u>23.988</u></u>	<u><u>2.159</u></u>

20. Cobertura de seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	8.365
Responsabilidade civil	3.000
Riscos operacionais	19.741
Garantia de financiamento	3.085

21. Eventos subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram desse tema concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração da Sociedade avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 - Eventos Subsequentes.